

OS ENFOQUES DA VIOLÊNCIA DA REVISTA NOVA ESCOLA

THE APPROACHES TO THE VIOLENCE OF THE NOVA ESCOLA JOURNAL

Lúcio Alves de Barros¹

Caio César Sousa Marçal²

RESUMO

O fenômeno da violência nas escolas, desde o final dos anos de 1980, vem fazendo parte das manchetes dos jornais mais e menos sensacionalistas, das revistas direcionadas ao grande público ou ao leitor mais atento, das reportagens editadas das redes de televisão, do rádio e da internet. A pesquisa em questão interroga a Revista Nova Escola, o periódico educacional de maior circulação no Brasil, enfocando o tema da violência no âmbito escolar. A pesquisa foi qualitativa e de natureza descritiva, analisou reportagens, notícias, editoriais, artigos e entrevistas sobre a temática “violência e educação”, nas edições publicadas de janeiro de 2013 a janeiro de 2015. Buscou-se, assim, identificar as representações acerca da violência e descrever os conceitos, as dimensões e as categorias que o periódico elabora acerca da temática em questão. O trabalho aponta três enfoques (romantizado, conservador e realista) nas publicações avaliadas. Demonstra também que a revista ignora conceitos e categorias que as ciências sociais delineiam sobre a violência e que pouco contribui para um debate qualificado sobre essa problemática.

Palavras-chave: Mídia. Violência. Educação. Revista Nova Escola.

ABSTRACT

Since the end of the 1980s, the phenomenon of violence in schools has been part of the headlines of more and less sensationalist newspapers, of magazines aimed at the general public or at the most attentive reader, of the edited reports of television networks, radio and television. from Internet. The research in question interrogate Revista Nova Escola, the most popular educational journal in Brazil, focusing on the issue of violence in schools. The research was qualitative and of a descriptive nature, analyzed the reports, news, editorials, articles and interviews on the theme "violence and education" in the editions published in January 2013 until January 2015. It was thus sought to identify the representations about of violence and to describe the concepts, dimensions and categories that the journal elaborates on the subject in question. The work points to three approaches (romanticized, conservative and realistic) in the evaluated publications. It also shows that the magazine ignores concepts

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Atualmente é professor efetivo da Faculdade de Educação (FAE/CBH) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

² Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e em Teologia pelo Centro Universitário Izabela Hendrix. É especialista em Psicopedagogia e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes.

and categories that the social sciences delineate about violence and that it contributes little to a qualified debate about this problem.

Keywords: Media. Violence. Education. Nova Escola Journal.

INTRODUÇÃO

Nos meios de comunicação, a violência raramente é conceituada, adequada em sua conjuntura e explicada como um fenômeno social e normal. A mídia se alimenta do grotesco, do sensacional e da desgraça cotidiana. Mas, tanto nas escolas públicas e privadas como nas universidades e faculdades, os fatos há muito já deixaram de ser latentes e tomaram as páginas dos jornais. Não é exagero afirmar que os meios de comunicação trabalham com o fascismo sempre latente na consciência coletiva. A sociedade deseja o grotesco, quer ver o inimaginável, o sobrenatural e os comportamentos não socialmente aceitos condenados e vulgarizados por aqueles que detêm o “poder moral”.

Tal como afirmam Sodré (2002) e Traquina (2001), estamos longe dos dias em que os meios de comunicação serão utilizados para o bem comum da sociedade. A venda da notícia, da mercadoria devidamente embalada, é o caminho percorrido em um espaço cada vez mais competitivo e carente de talento e bom gosto estético. Não há dúvida de que a manipulação das violências na educação tem garantido poderosos recursos, parceiros e poderes àqueles que optaram por esse caminho.

Falar do espaço da violência e da educação é discutir um campo no qual se encontram heróis e vilões, atores que - em certa medida - manipulam o campo midiático. Ao mesmo tempo em que se percebe o apoio da mídia, especialmente em casos nos quais a violência tomou requintes de crueldade ou que se faz necessário “avisar” a sociedade, são perceptíveis momentos de condenação, namoro, casamento e divórcio com as instituições escolares. O interessante é que, em tais momentos, os meios de comunicação oscilam em aceitar e ou colocar de lado o apoio, a notoriedade, a fama e a ressonância espetacular individual ou coletiva oriunda do mundo da escola estampados nas revistas, nos jornais, na televisão, no rádio e na internet.

Este campo, “mídia, educação e violência”, indubitavelmente, participa das transformações que vem se passando nas esferas e instituições sociais (Sodré, 2012). A análise das representações da Revista *Nova Escola* caminha no sentido de participação e verificação empírica do que os “formadores de opinião” têm compreendido como “violência”.

Nos meios de comunicação, notadamente, em revistas ou jornais, o tema dificilmente não está em pauta, lembrado como ponto editorial. Além disso, ele não deixa de comportar a diversidade de opiniões, a cristalização de ideologias e a formação de discursos que, não fugindo das regras, distorcem ou produzem uma outra representação da realidade.

Portanto, a pesquisa em tela se justifica no interesse em entender a representação que o veículo de comunicação já mencionado constrói acerca da “violência e educação”. O trabalho é baseado nos números da revista publicados entre as edições de janeiro de 2013 até dezembro e janeiro de 2015. Muitos fatos aconteceram até o momento e serão recuperados. De todo modo, não se pode perder de vista que os meios de comunicação são produtos de interesses econômicos e políticos e que estes, de uma forma ou de outra, influenciam na condução e ou construção da notícia.

No trabalho em apreço, pretende-se pesquisar como a linguagem da violência é revelada na Revista *Nova Escola*. Uma revista de circulação nacional, talvez a “maior revista de educação do Brasil” (NOVA ESCOLA, 2013, p. 8), foi fundada em 1986. A revista faz parte patrimônio midiático, cultural e político da família “Civita” e é comercializada pela Fundação Victor Civita.

O objetivo central do projeto foi analisar como as violências são representadas em reportagens, notícias, informações, manchetes e capas da revista. É inegável que os casos de violência têm recebido uma considerável ressonância dos meios de comunicação.

MÍDIA E VIOLÊNCIA

É impossível negar as evidências de que os meios de comunicação têm um grande poder na sociedade. Guareschi (1993) afirma com contundência que chega a ser falsa a afirmação de que a comunicação é o quarto poder. A falsidade do argumento reside não na escassez de recursos de poder que têm os meios de comunicação, mas no lugar que estes ocupam na sociedade. Para o autor, a comunicação não é o quarto e sim o “primeiro e o mais forte dos poderes” (GUARESCHI, 1993, p. 13). É difícil, na contemporaneidade, duvidar do argumento, já que o poder da comunicação, ao contrário de outros poderes, sofreu importantes mudanças na introdução de novas tecnologias, meios sofisticados de informação e produção de notícias (KELNNER, 2006; MORAES, 2006; SODRÉ, 2012).

No caso em debate, o espaço, a abrangência e a ressonância produzida nos meios de comunicação têm colocado em xeque, ou mesmo relativizado, o papel dos educadores, dos estudantes e das instituições escolares. Não é por acaso que o tema “violência e educação” foi

revitalizado entre nós. A violência, tal como o crime, são fatos, fenômenos “normais” que ocorrem e estão presentes em todas as sociedades (DURKHEIM, 1990 [1895]; VELHO, 2000). O problema reside é na espetacularização, dramatização, glorificação e banalização desses fenômenos. Infelizmente, atores e instituições são coniventes com o “fazer jornalístico” assentado em fatos e momentos excepcionais da vida humana.

O assunto é complexo e comporta diversos ângulos de observação e análise. Daí o problema de pesquisa se assentar na seguinte questão: como a Revista *Nova Escola* tem apresentado a relação violência e educação diante das metamorfoses nas instituições escolares nos últimos anos? O argumento é que a “nova” cobertura em relação à violência e educação tem por conteúdo e pretexto a informação e a formação de consensos contrários ao que se entende por violência. Em outras palavras, o discurso do meio de comunicação em apreço, aparentemente reúne em uma mesma esfera de comunicabilidade comportamentos, acontecimentos e fatos que se adequam bem à categoria “violência”, deixando de lado os campos nos quais as relações são de conflitos, resistências e estranhamentos que fogem ao conceito polissêmico da violência.

A sugestão não esgota de nenhuma maneira a compreensão do tema. São vários os estudos acerca da relação “violência e educação”. No plano teórico mais geral e nas pesquisas que tratam da violência, contudo, é possível encontrar uma proposta comum em torno da existência de violências (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005; ABRAMOVAY, 2001, 2002, 2010).

A VIOLÊNCIA COMO MERCADORIA

Os profissionais de televisão, revistas, jornais e rádio têm uma dura missão: fazer com que as pessoas consumam o mais rápido, da forma mais fácil e de maneira mais fidedigna possível, as mensagens produzidas a partir de certos fenômenos sociais, individuais, políticos, econômicos, culturais, sobrenaturais, religiosos, sexuais etc. Na verdade, existe um grande campo de manipulação e dividendos financeiros para os profissionais que vivem da produção de mensagens. Este campo, denominado de “meios de comunicação”, faz parte da conhecida “indústria cultural” que envolve, pelo menos em teoria, a busca da objetividade no tratamento das informações e a ética nas ações dos profissionais (TRAQUINA, 1999, 2001).

Apesar da vigilância esperada dos proprietários e operadores dos meios de comunicação, estão “abertas as veias” da “mercadoria violência”. Mercadoria escrita, veiculada nas revistas, nos jornais, nas telas de televisão, na internet e nas vozes do rádio.

Mercadoria vendida no escuro para aqueles que compram os horários comerciais e devolvida de forma lapidada, organizada e editada para o público consumidor. Compramos a versão de fatos, imagens e informações sobre os quais não temos controle, não sabemos as circunstâncias em que foram produzidos e quem resolveu levá-los a público. Em que medida pode-se colocar essa mercadoria em questão?

No que toca aos acontecimentos associados ao tema “violência e educação”, é inegável a construção de um espaço de produção de notícias. Aparentemente, não é preciso muito esforço para identificar e fazer uma cobertura das violências cotidianas nas escolas. Paradoxalmente, alunos e professores contribuem para isso. A participação e o encanto do espetáculo fazem parte do imaginário de desejos das crianças, dos jovens e dos adultos. Em tempos de “crise” (SODRÉ, 2012), os meios de comunicação aparecem, inclusive, como verdadeiros “amigos do peito” e acabam auxiliando na revelação de abusos que - historicamente - perpassam as instituições escolares (BARROS; FREITAS, 2011). Por outro lado, ela não perdoa quando um fato corriqueiro se torna bizarro e passível de venda em curto prazo. De todo modo, o labor dos jornalistas dedicados a cobrir os casos de violência e criminalidade no interior das escolas é, no mínimo, trivial e, no máximo, falacioso e leviano (BARROS; FERREIRA, 2012). Nada autoriza ao profissional levantar informações caducas, mal feitas e recheadas de subjetividade. Também nada autoriza aos meios de comunicação jogar na tela, no rádio e nos jornais casos esporádicos, espetacularizando cenas cotidianas, generalizando fatos isolados e contribuindo para o que hodiernamente vem se configurando de fobia social (BAUMAN, 2011, GLASSNER, 2003; BARROS, 2007).

A violência, ao andar de mãos dadas com o mercado, alimenta a demanda por mais violência e tanto os profissionais como os proprietários dos meios de comunicação apostam na melhor forma de embrulhar o objeto de consumo. A violência, nesse caso, recebe nova roupagem. Novos *valores de troca* são associados ao fenômeno. Fala-se de uma violência generalizada: de “*Indisciplina. Como se livrar dessa amarra e ensinar melhor*” (NOVA ESCOLA, 2009), da ação diante de “*O desafio de seguir em frente. Como alunos e professores da escola de Realengo encaram a difícil tarefa de continuar ensinando e aprendendo*” (NOVA ESCOLA, 2011), do ainda pouco conhecido *Cyberbullying* (NOVA ESCOLA, 2010), do “*Pau. Pedra. É o fim? Entender a violência é o primeiro passo para preveni-la*” (NOVA ESCOLA, 2010), da “*Escola em família. A quem recorrer. Saiba quem pode ajudar em situações de risco*” (NOVA ESCOLA, 2012) e novamente do “*Bullying na Internet. Os cuidados para combater o cyberbullying*” (NOVA ESCOLA, 2013).

Nota-se como tudo é embrulhado e fazendo parte de um grande pacote desse mercado forjado pela educação, violência e criminalidade. A realidade é representada como se tudo fosse a mesma coisa, a chamada mercadoria, a qual, jogada aos olhos do senso comum, passa como produto normal, natural e longe de algozes e vítimas de um sistema impessoal, sem face e responsabilidade. É claro que novas vítimas aparecem no cotidiano. A mídia passa, nesse caso, a avisar e a apontar que os professores estão em perigo, o mesmo dos alunos e das instituições escolares. Ao mesmo tempo, os mesmos instrumentos midiáticos pedem “Socorro”, exigem providências e se esforçam para mostrar saídas. Nesse caminho, tais meios utilizam todas as formas para evidenciar em grandes fotos coloridas, fatos que revelam a face, a identidade e, não poucas vezes, o cotidiano dos docentes ou dos alunos da instituição escolar. Tratam, além disso, de relatar os possíveis “delinquentes”, “vândalos” e “criminosos”. Mais que isso, eles apontam as “políticas públicas”, as saídas e as possibilidades que poderiam evitar determinados problemas. É o famoso conto de fadas e a manutenção da barbárie e da notícia velha e revista dos profissionais da mídia (SODRÉ, 1973, SODRÉ; PAIVA, 2002).

A questão é que os professores, os estudantes e as instituições escolares se tornaram, nos últimos tempos, importantes personagens, atores e coadjuvantes de um teatro pintado de várias cores. O que vale é a mercadoria ser vendida com enormes chamadas publicitárias (estas realmente é que interessam). Daí ser de capital importância a melhor imagem, o melhor perfil, o relato ou a versão dos fatos. Como mencionado, os profissionais dos *mass media* nem se esforçam tanto, pois, por vezes, lidam com agências de notícias e reproduzem outros fatos para diversificar o campo editorial, (re)produzir acontecimentos ou as “novidades” (BARROS; FREITAS, 2012). Na realidade, eles lidam com fatos secundários e dificilmente percebe-se a reportagem, o famigerado “fazer jornalístico” e a investigação.

Obviamente, não se quer afirmar que não existem muitos dos fenômenos relatados pelos profissionais da comunicação. É sabido que nossas instituições escolares passam por momentos difíceis e casos de violência contra professores e de ataques de vândalos a escolas tornaram-se rotinas. Sabe-se também da existência do tráfico em determinadas escolas e tem-se ciência das instituições escolares que estão nas “zonas quentes de criminalidade” (BARROS, 2007). Nos últimos tempos, é inegável que o fenômeno da violência, complexo, heterogêneo e múltiplo, não somente entra em nossa casa através dos instrumentos da mídia, mas bate em nossa porta e nos mostra que algo não está indo bem na sociedade.

Mas o problema a ser evidenciado aqui diz respeito aos limites, à ressonância e a essa “caixa de pandora” que se tornaram os meios de comunicação quando em tela está a

protagonista “violência”. É claro que não se trata de nenhuma censura, até porque é bom o choque entre organizações no que se refere à ordenação democrática, alicerçada em princípios de liberdade, transparência, ética e igualdade. No entanto, tal como afirma Rawls (2000 [1971]), estamos em meio a instituições justas e injustas e, nesse ponto, é preciso apontar para o crescente consentimento existente entre os profissionais da educação e os da mídia em um campo minado pelo medo, pela espetacularização e pelos exageros próprios dos profissionais que sobrevivem da indústria cultural.

Em outras palavras, ao vender a violência cometida, os meios de comunicação tratam de potencializar sua ressonância que, dependendo de sua magnitude, característica ou crueldade chegam a durar meses no imaginário social. Casos esporádicos, corriqueiros ou mesmo banais são generalizados de forma abusiva e inconsequente. Tais casos, ao invadirem a tela da TV, as páginas das revistas e dos jornais, recebem o necessário e espetacular “escândalo”. Novos ingredientes, conteúdos teatrais, fórmulas, atributos estéticos e de linguagem oferecem a “nova roupagem” ao fato que não deixa de marcar, de maneira manifesta ou latente, o imaginário social.

São compreensíveis, nesse caso, as reclamações dos professores sobre as indisciplinas, as brutalidades, as “colas” e os assédios no campo da moral e da vida privada. Também é fácil de entender as linguagens dos alunos que reclamam das pichações, dos tapas oriundos dos mais fortes, das agressões e dá má fama de sua instituição escolar. Por fim, dos pais que, nessa sociedade denominada “pós-moderna”, tem reclamado das péssimas condições da educação, dos índices do MEC, das greves dos professores ou da violência sofrida pelos filhos.

No entanto, por ser compreensivo, não quer dizer que devam ser aceitas e consentidas tais reclamações. O voyeurismo social é autoritário e não deixa de ter recorte fascista. Ele deseja culpados. Pais, professores e alunos sempre vão ver o teto dos outros e como as imagens e a linguagem dos meios de comunicação são passadas a um público carente de informações e capital político, o repertório de reclamações pouco a pouco vai se configurando em um problema e, não por acaso, em meio a anomia social, é preciso o sacrifício de alguns e a produção de inimigos para outros (ZAFFARONI, 2005, 2007, 2012).

Tudo isso, indubitavelmente, contribui para o pavor social que vêm enfrentando os professores e os atores que fazem parte das instituições escolares, haja vista que estes não entendem que o problema é mais complexo e se localiza na desordem e na incapacidade do Estado em oferecer políticas públicas necessárias para compreender e combater o fenômeno da violência que “de repente” explode em sala de aula.

A questão é que, em algum momento, provavelmente nos anos de 1980 e 1990, as escolas seguiram a tendência da fortificação e do encarceramento dos alunos, mostrando sofrer as peculiaridades de uma sociedade sitiada pela violência e pela criminalidade. Nessas condições, os atores desse cenário vêm pagando caro, pois tanto a violência como a criminalidade aparecem como ingredientes institucionais que empurram determinados indivíduos para fora e distante das regras e das normas socialmente aceitas pela consciência coletiva. Ao ficarem “dependurados” no edifício social que balança e, por vezes cai, é de se esperar o cansaço psíquico, cultural, político e social daqueles que labutam contra a maré. Ao cair do edifício de regras socialmente aceitas, cuja manutenção cabe ao sistema de controle social, dentre eles a escola, é questão de tempo para que determinados atores passem a fazer parte dos alvos das instituições policiais, tanto a civil como a militar, ou do sistema judicial. Até porque, sob pena da repetição, o interesse é o que vem sendo chamado de *estética do grotesco* (SODRÉ, 1973; SODRÉ, 2002; SODRÉ; PAIVA, 2002), o imediato, o fenômeno sensacional, dramático e espetacular. Dito de outra forma, cumpre aos meios de comunicação dramatizar o episódio, colocá-lo em pauta de importância e mantê-lo manifesto na consciência coletiva e latente no inconsciente social. Tudo isso, no sentido de buscar, dentre muitos objetivos, o lucro. Já vai longe o tempo em que a ciência da comunicação era uma espécie de “filosofia pública, uma atividade do pensamento” (SODRÉ, 2002). Nos dias atuais, vale discutir os limites éticos dessa “ciência” que parece ter se rendido às perigosas, conturbadas e não reveladas leis e relações de mercado.

De todo modo, a violência não é uma mercadoria a ser vendida e trocada como outra qualquer. Merece cuidado e não é exagero afirmar que estamos longe disso. Os profissionais da área, em sua grande maioria, têm ciência do fato e sabem do poder discricionário dos meios de comunicação que escolhem o que desejam vender e não economizam esforços para dramatizar e sensacionalizar ações privadas como se autoridade tivesse para isso.

A VIOLÊNCIA COMO LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO

Não são novidades os estudos que apontam a violência como uma linguagem de determinados atores do mundo social. A violência é uma forma de expressar sociabilidades, (in)satisfações, reivindicações, interesses, frustrações e desejos humanos. Não existem registros de sociedades sem violência. É necessário deixar claro que homens e mulheres estão fadados a viver com sua existência. O problema reside nas relações humanas, grupos sociais violentos que saem do controle social. Dito de outra forma, quando o Estado deixa de exercer

o uso legítimo da violência, quando episódios de violência começam a ser banalizados, glorificados, corriqueiros ou naturais, é sinal de que algo não está em equilíbrio. Em tais circunstâncias, é óbvio que a ordem social, que impera na “consciência coletiva”, está flexível, está perdendo força e não opera da mesma forma nas mentes individuais. O perigo à vista é a falta de regras e normas cujo objetivo central é a manutenção de processos civilizatórios entre os seres humanos (GIRARD, 1990; FREUD, 1997; 1990; VELHO, 2000).

A dinâmica de determinadas relações sociais produz certas peculiaridades em casos de violência(s). Relações onipresentes em todas as sociedades. É difícil não estar em acordo com Gilberto Velho (2000, p. 11) quando assevera a diferença, a reciprocidade e a negociação da vida social como chaves de análise do fenômeno da violência. De acordo com o autor:

Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início, associa-se a uma ideia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro. A própria noção de outro ressalta que a diferença constitui a vida social, à medida que esta se efetiva através da dinâmica das relações sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito.

Muitos são os estudos que, de uma forma ou de outra, mostram a violência como prática, linguagem, formas de representação, mecanismo de diferenciação, conflito, estilos de vida e de sociabilidade. É o que têm revelado as manifestações dos jovens que se aglomeram em bailes funks (VIANNA, 2000; HERSCHMANN, 2000), de consumidores que, apavorados com o aumento dos produtos ou com a fome, quebram lojas e saqueiam supermercados, de grupos “sem-terra” que saqueiam caminhões de alimentos e lutam com a polícia, de integrantes de torcidas organizadas que distribuem pancadas aos seus adversários, de grupos de prostitutas que se esforçam para linchar um cliente violento e desleal. O mesmo podendo-se dizer de jovens estudantes que se organizam para apedrejarem universidades e escolas em favor de passe livre em transportes coletivos, ou a favor de alimentação mais barata, de trabalhadores em greve que saem do controle chegando mesmo a se esquecerem das reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho. Também se percebe o mesmo nos trabalhadores informais que lutam por espaços “não legítimos” na cidade e, por fim, em grupos de policiais militares que, em certo momento, se organizaram por dignidade e melhores condições de vida. Como se vê, manifestações que carregam relações sociais que podem se transformar em violência fazem parte do organismo social. São expressões de grupos organizados e não organizados, de órgãos, associações ou mesmo instituições que procuram avisar à sociedade e ao Estado que algo não está de acordo com os seus interesses.

A violência, nesse contexto, deve ser desmistificada. Ela faz parte do real e, em tais circunstâncias, está presente tanto na consciência individual como na consciência coletiva. Trata-se de um fenômeno que carrega uma história, com início, um período de maturação, desenvolvimento e irrupção. Ao vir à tona, as relações violentas não deixam de mostrar fissuras sociais, pontos esgarçados de relações frouxas. São pontos ainda não bordados, espaços não preenchidos, lugares não organizados e cuidados por uma força exterior e maior que a consciência individual. (SOREL, 1992; GIRARD, 1990; ARENDT, 1990; FREUD, 1997; PAIXÃO, 1990; VELHO, 2000).

Sabe-se que homens e mulheres, outrora, abriram mão do poder privado do uso da violência em favor do poder estatal (HOBBS, 1651 [1979]; WEBER, 1963 [1975]; ELIAS, 1993 [1939] E TILLY, 1996). Entretanto, é legítimo e esperado que novos personagens sociais, grupos de interesses definidos, muitas vezes com princípios contrastantes com os valores comuns à sociedade, utilizem novas formas de se fazerem representar na sociedade. O problema reside é nos mecanismos e diversas maneiras que os meios de comunicação utilizam para demonstrar o que chamam de violência. E não é difícil perceber como os meios de comunicação oscilam na condenação e na defesa de um determinado ator no campo da educação. A violência comporta papéis diferenciados para diferentes atores no tempo e no espaço. Ela, na mídia, é um problema em pleno desenvolvimento e maturação, pois toca a esfera da política, da cultura e da sociedade. Na realidade, a questão é até mais problemática, pois os meios de comunicação têm lançado mão do espetáculo (KELNNER, 2006; DEBORD, 1997) propiciado pela crise que perpassa as instituições escolares. E, nesse campo, professores e alunos não devem sair poupados, já que, não raro, têm se tornado vítimas de câmeras escondidas, denúncias sem averiguação e dossiês questionáveis no campo jurídico.

A VIOLÊNCIA NA REVISTA NOVA ESCOLA

Em relação à revista Nova Escola, compete frisar que foram analisadas as edições dos anos de 2013, 2014 até a primeira edição de 2015. Em todas as publicações, foram enfatizados notícias, chamadas, dados, notas, informações, reportagens, entrevistas e artigos que proferiam algo relacionado às violências. A apreciação subsequente foi a de averiguar as categorias nas quais o material coletado melhor se encaixasse. Assim foram esquematizadas quatro categorias de violências: as incivildades, a violência simbólica, a violência institucional e o *bullying*. As quatro categorias ajudam na discussão sobre as violências que nas escolas ganham vestes de distintos matizes.

O conceito de “incivilidade” admite variadas posturas, como os ataques que os estudantes empreendem entre si, assim como ações de depredação, linguagens ofensivas gravadas nos muros da escola ou das salas do edifício escolar e avarias a componentes pertencentes aos docentes e colegas. Conforme Abramovay et al. (2010), as incivildades podem se manifestar ainda em violência verbal, cenas de xingamento, racismo, desobediência, escárnios e agressões.

A violência simbólica, que comumente tem como padrão a tese de Bourdieu e Passeron (1970), entende as situações de violências geradas pela dominação social, pela naturalização de relações de sofrimento e crueldades provenientes de imposições do mais forte e métodos e dificuldades sofridas por questões de fundo étnico-racial, por exemplo. A diferença entre a violência simbólica e incivildades é que esta se surge como uma “violência tênue”, que se localiza entre o não dito, mas percebido e acionado por um outro. Ocorrências como o de assédio moral e sexual, intimidações entre docentes e estudantes e casos de extorsão podem ser qualificados de igual modo.

A violência institucional está relacionada com a omissão do Estado, ocorrências de criminalidade violenta e delitos menores. A violência socioeconômica que atravessa os atores sociais nas diversas situações é a violência estrutural que traz consigo o uso da coerção estatal. Por derradeiro, enfatiza-se ainda o *bullying*, uma relação social abusiva entre semelhantes que acontece de maneira propositada e de forma reiterada. Nessa relação, necessariamente encontramos a vítima, o abusador e aqueles que testemunharam o abuso. A relação social que resulta em *bullying* envolve todo o espectro de atividades que têm por consequência o sofrimento físico ou mental aos indivíduos que se relacionam em ambiente escolar. Nesse caso, é possível adicionar ações de violências corporais, verbais e psicológicas, assim como violências ameaçadoras ou sexistas provocadas entre os estudantes e agressões de diferentes tipos entre pares.

Tabela 1: Distribuição do número de chamadas sobre violência na Revista Nova Escola (jan./fev. 2013 - dez./jan.2015)

Categorias	Quantidades	%
Incivildades	65	33%
Violência Simbólica	49	25%
Violência institucional	61	31%
<i>Bullying</i>	22	11%
Total	197	100%

A Tabela 1 apresenta as categorias de acordo com os casos nas revistas analisadas. O total do material examinado do conjunto de revistas foi de 197 ocorrências. Grande parte das temáticas sobre as violências (33%) são casos de “Incivildades”. O tema da violência institucional vem em segundo lugar, com 31%, e a violência simbólica, com 25%, e o *bullying*, com 11% do total.

OS ENFOQUES DA VIOLÊNCIA NA REVISTA NOVA ESCOLA

Percebe-se o enfoque romântico da violência quando esta ganha ares de autoajuda, em que os conselhos são ofertados no sentido de fórmula mágica para resolver as situações de conflito. No caso da Revista Nova Escola, tal postura ajuda a disfarçar a situação caótica que passa a caos que perpassa a educação no Brasil. Nesse sentido, o enfoque romântico da revista não se sonega em apresentar a resolução das dificuldades com base no “faça assim” ou “o primeiro passo“. Nos periódicos dos dois anos analisados, são profusos e recorrentes os “conselhos” na coluna do “E agora, Telma?”, um dos setores da Revista Nova Escola. O tema da violência na escola é quase que invariavelmente tratado, em casos vistos como indisciplina.

PRECONCEITO

O que fazer quando há situações recorrentes de discriminação e alunos homossexuais?

Vanderson Gomes, Queimados, RJ

Apesar da dificuldade de trabalhar o tema, a escola é o principal ambiente de combate à homofobia. Ao abordar a sexualidade, muitas instituições ignoram a pluralidade sexual e a homossexualidade, abrindo espaço para a manutenção de preconceitos. É preciso debater de maneira genérica o respeito a diversidade e os diferentes tipos de orientação sexual, sem expor ou invadir a intimidade dos alunos. O assunto não pode se restringir a semanas especiais, palestras e murais. É preciso inclui-lo no planejamento e ter ações sistematizadas, criando canais de discussão permanentes, claros e sem julgamentos. Falas preconceituosas de alunos e docentes, mesmo disfarçados de brincadeiras, não podem ser aceitas. O educador tem de ser preparado para lidar com o tema e refletir sobre suas crenças e a forma como acolhe o aluno homossexual. A Educação precisa modificar a desigualdade e o preconceito, criando condições para que todos se sintam seguros, sem medo de agressões.

Revista 3 – Março 2014 – p. 20 (E agora, Telma?)

Na coluna “E agora, Telma?”, uma docente da UNICAMP responde dúvidas de professores da educação básica, em que o assunto da violência no âmbito escolar tem amplo espaço. A missivista trata de episódios, ocorrências e fatos gerais que são indagados por professores que expõem suas angústias. O ponto relevante é que, ao pintar a complexidade do tema com cores de autoajuda, Telma reduz a questão da violência como se o contexto em que essa ocorre fosse estático. Na tentativa de dar saídas, a missivista acaba por uniformizar algo complexo e que, inclusive, envolve a forma como as pessoas se educam fora do ambiente

escolar. Seguramente, a professora Telma tem noção da gravidade da discussão sobre as violências, porém seus conselhos retratam como a industrialização de ações da mídia trata de forma pueril assuntos e fatos que são importantes para o tecido social. A articulista, uma formadora de opinião no campo da Educação, se torna uma fonte viciada. Ultimamente, a autora interrompeu as perguntas dos leitores e produz artigo de página inteira na revista.

O enfoque romantizado da violência surge, igualmente, em outras partes da revista. Comumente, medem a conduta dos professores, dos educandos e da comunidade. A violência romantizada ainda aparece em casos de superação, aconselhamento, notícias e números divulgados em segunda mão e relações de múltiplas variações entre Estado, as escolas e sociedade. Nesses pontos, os assuntos são vários e tratam de forma generalizadora, como mostra o caso a seguir:

Em casos de indisciplina, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, o melhor é ouvir o que o estudante tem a dizer e fazer as intervenções para que ele reflita e mude de atitude. O bilhete só deve ser enviado se ele não melhorar. E, nesse caso, precisa ser escrito com o aluno, explicando que medidas já foram tomadas e chamando o responsável para que, juntos, pensem em um meio de ajudar o estudante. Se isso não for feito, é provável que o recado nem chegue ao destino.

Já os cadernos, que transitam diariamente entre a escola e a casa, devem ser usados para auxiliar os pais a entender a função da lição de casa. Compartilhe com eles as estratégias por trás de uma atividade. Se uma tarefa de Matemática tem como objetivo mostrar as hipóteses de cálculo mental da criança, é importante avisar que ela precisa resolver os problemas sozinha.

Revista 6/7 – Junho/ Julho 2013 – p.41 (Reportagem Escola e Família)

Em segundo lugar, é possível perceber um enfoque conservador sobre a violência. Esta igualmente está presente na maioria das partes da revista, notadamente nas seções e nas reportagens, sobretudo no ano de 2014. Comumente, aparece em entrevistas, notícias, figuras, reportagens que mostram a violência estatal nos serviços públicos, caracterizando-se como violência institucional.

O enfoque conservador da violência se desvela nas análises, em visões dramáticas eivadas de julgamentos estruturais e sistêmicos sem fundo verificável ou susceptível de confiabilidade. Dificilmente, elas surgem como fruto de denúncias ou são capazes de fazer o leitor apreender a real fonte da problemática. Tem por *modus operandi* fragmentar a realidade, a revista maneja fatos como um holograma que está distante de entendimento do mundo real, exibindo uma realidade que supostamente aparenta não estar fraturada em sua estrutura. Ao invés disso, as apreciações das partes da revista expõem um mundo ainda em harmonia, a despeito das desigualdades, crueldades e exclusões sociais. São profusos os exemplos:

VIOLÊNCIA

Depredação de escolas preocupa diretores

Em um ano, 16% das instituições de ensino brasileiras tiveram pichação de muros, 18% passaram por depredação das dependências internas e 26% vivenciaram destruição de banheiros. A informação é dos questionários de diretores da Prova Brasil 2011, Luciene Tognetta, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explica que a violência de alunos contra a escola só se resolve quando eles se sentem parte dela. “Enquanto a gestão escolar não propuser a discussão de questões de convivência promovendo a participação dos estudantes, eles continuarão se sentindo não pertencentes ao ambiente”.

Revista 5- Maio 2014 – p.14 (Em dia)

DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA

Porcentual de pessoas que afirmam ter algum nível de preconceito contra as seguintes questões

Necessidades especiais 96,5%

Étnico-racial 94,2%

Gênero 93,5%

Geracional 91,0%

Socioeconômica 87,5%

Orientação sexual 87,3%

Territorial 75,9%

Fonte: Pesquisa Sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar – FIPE 2009

Revista 5 - Maio 2014 – p. 17 (Educação em Debate).

É possível que o enfoque conservador dos episódios violentos talvez constitua uma saída apropriada para deixar tais notícias para outros dos meios de comunicação do grupo proprietário do periódico. Porém, na Revista Nova Escola, a realidade em fragmentos desvirtua concepções, categorias e fatos que podem ser associados ao fenômeno da violência. Mais que isso, são transformados ou mesmo entendidos como componente de esferas de sociabilidades díspares. Nessa conjuntura, é arriscado apontar soluções de prazo alongado para os conflitos inerentes da realidade da educação.

Por último, a análise do material recolhido e organizado da Revista Nova Escola permite verificar um enfoque realista dos problemas. Não é certo apontar qualquer alternativa apocalíptica utilizada pela revista. Não encontramos, tanto em 2013 como em 2014, elementos que justificassem ou que levassem o leitor ao mundo sensacional, melodramático ou mesmo apocalíptico dos jornais, de outras revistas, da internet, do rádio ou mesmo da TV.

A abordagem realista, contudo, se assenta em chamadas de pequeno porte, algumas dicas e entrevistas. Entendemos como abordagem realista da violência toda imagem, notícia, nota e reportagem que mostra a realidade tal como ela se apresenta na realidade. A abordagem realista aparece com clareza nos casos de violência institucional e nos casos de incividades.

No primeiro caso, a revista opera em casos já mencionados em outros meios de comunicação, mas que revelam a realidade educacional do Brasil. É o caso, por exemplo, das provas do ENEM, dos problemas com a inclusão de pessoas com necessidades especiais, sexo, sexualidade na adolescência, família, comunidade, a diversidade étnico-racial, a educação “atrás das grades”, a Prova Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais, enfim, tudo aquilo que revela a omissão estatal e que, de alguma maneira, interfere na educação e no cotidiano escolar.

Na escola, obstáculos físicos e invisíveis

Se a contratação é resolvida, chega a hora de encarar as condições de trabalho. Em relação aos espaços físicos, a infraestrutura ainda é precária e prejudica quem tem dificuldades de locomoção, como os cegos e os cadeirantes. Segundo mais de 54 mil diretores que responderam ao questionário da Prova Brasil de 2011, apenas 58% das escolas possuem rampa, 4% das salas, das bibliotecas e de outros ambientes têm sinalização em braile e 49% das unidades contam com banheiro adaptado. E nem sempre há materiais acessíveis.

Revista 4 – Abril 2013 – p. 99 (Reportagem)

RETRATOS DA EXCLUSÃO

Meu irmão tem síndrome de Down. Com a chegada dele, vislumbramos um caminho de luta e também de esperança de encontrar uma sociedade inclusiva, principalmente escolar. Infelizmente, não foi com isso que nos deparamos. Então, buscamos instituições que nos acolhessem em todos os sentidos (Uma Inclusão Só no Papel, Junho/ Julho). Bruna Roca, São José do Rio Preto, SP.

Revista 8 – Agosto 2014 – p.10 (Caixa Postal)

As reportagens, notadamente as temáticas, trazem e traduzem a violência em uma realidade fragmentada, mas, no caso em tela, revela informações realistas que já caíram no mundo da doxa e que se repetem no Brasil. Este é o caso, por exemplo, das reportagens que retratam as políticas públicas, o problema étnico-racial, o da exclusão/inclusão escolar, investimentos públicos, o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Práticas Curriculares Nacionais.

De todo modo, chega a ser uma das partes mais ricas em informação, credibilidade, cuidado com o enredo e propostas, mesmo que contraditórias. Não por acaso é baseada nesta a abordagem que a violência se reveste de problema de política pública, que está na “realidade social” de grande parte dos alunos e professores, que faz parte da estrutura social brasileira e que é resultado também da falta de ações políticas consistentes. Tanto que, no ano de 2013, a violência institucional apareceu com 37% do montante das notícias e, no ano de 2014, elas apareceram com 27%.

A abordagem realista também aparece em entrevistas, cartas e notícias em geral. Leitores revelam sua vida, seu drama e suas condições objetivas de vida. Alguns denunciam

práticas educativas em determinadas escolas e outros apenas acham necessário informar. Tal como outros meios de comunicação, trata-se de fazer notícia ou de complementar o lugar de partes da revista que ainda não completaram o material necessário. Não deve ser difícil este empreendimento, pois a revista é mensal e o tempo favorece a sua organização. De todo modo, lidar com a realidade tal como ela se apresenta em uma revista voltada para trazer “boas práticas” na educação, além de paradoxal, é de difícil manejo. Uma saída, clara na observação das partes da revista é a de potencializar os casos de violências com saídas românticas, apostando na boa vontade do professor, no seu histórico e construído sacerdócio, na divinização da profissão e na sempre necessária política para a educação. Para isso, muitos contribuem com certa competência, inclusive aqueles que fazem do meio acadêmico sua morada.

CONCLUSÃO

O objetivo maior da Revista Nova Escola é o de levar aos professores “práticas pedagógicas”, “novas formas de ensinar”, “novidades no campo da educação”, “apoio pedagógico”, “histórias de sucesso”, “de superação”, “atualizações”, dentre outras ferramentas. Tudo isso com a finalidade, pelo menos na intenção, de contribuir para uma educação de qualidade no país. A revista atinge, principalmente, os professores que atuam no ensino fundamental e médio e, sem dúvida, é um importante meio de comunicação.

A revista em apreço, ao dar voz a diversos discursos, opera no sentido de reconfigurar conceitos, impossibilitando o entendimento do leitor e se afastando definitivamente da violência como fato social normal. O trato desses casos reforça o lugar da revista como um oráculo do saber, porém acaba apenas oferecendo um placebo que tem efeito dúbio no enfrentamento do problema da violência. Na medida em que reforça a noção de que basta seguir o “passo a passo“, os professores podem se sentir tentados a se ver como salvadores de seus alunos. Ao propor fórmula de fácil aplicação, não deixa de ser um jeito de reimaginar uma escola que só existe nas páginas de Nova Escola.

Ao ver os enfoques da Revista Nova Escola sobre o tema da violência, percebe-se que ela ignora conceitos e categorias com os quais, há tempos, as ciências sociais já trabalham e, ao oposto dos restantes meios de comunicação, as ocorrências de violências têm ganhado escassa consideração. Escassa consideração, pois estão distantes os dias em que o periódico ousará ratificar o que se compreende por criminalidade violenta e suas particularidades no âmbito escolar. No caso da “violência institucional”, a revista chega a banalizar casos, repete

em demasia o que já se conhece a respeito da educação, culpa o poder público, especialmente as ações da federação, e convida os professores leitores a acreditarem esperançosamente em mudanças e dias melhores. A utilização da descrição de casos de desleixo e do Estado surge como um bom mecanismo de produção de notícias. Assim, dados e informações desconectadas aparecem em quase todas as revistas, independentemente dos meses e dos anos.

Não seria exagero dizer de uma espécie de burocratização da comunicação. Entendemos como burocratização o ato de formalizar, organizar, repetir à exaustão “o mesmo do que se vê e do que se soube sempre”. Essa repetição, também utilizada por outros meios de comunicação, é vital na Revista Nova Escola, porque possibilita que o público alvo colecionem, guarde a revista, passe as experiências para frente e que sonhe com a possibilidade de um dia participar com suas práticas pedagógicas. É o famigerado “canto da sereia”, no qual o mundo em caos ou desorganizado emerge com toda força e riqueza via mensagens subliminares, imagens, símbolos, linguagens e falas. Muitas falas. A burocratização do periódico favorece a leitura em cadência, sem grandes possibilidades de produção de ansiedades, inseguranças e medo. Trata-se da mercadorização da notícia, a qual passa a ser embrulhada, lapidada e doada ao público que a usará sem grandes esforços em crítica. A Nova Escola é a mercadoria perfeita em uma conjuntura em que a educação é esvaziada em sua natureza e encantada com fórmulas, bulas e regras fantasiosas.

Finalmente, é preciso mencionar que dividimos a violência em três abordagens, visando mostrar que a Revista Nova Escola não tem um fio condutor claro e geral. As relações entre violências e educação são de conteúdo meramente informativo e de baixo valor documental. Mesmo neste caminho, é lícito apontar que professores não são vítimas desse esforço comunicacional e que não deixa de embebedar as mentes com pesquisas, relatórios e dados que dificilmente são aproveitados.

O perfil da “notícia/educação” oferecido pela Nova Escola não comporta a educação crítica e transformadora. Não é por acaso a presença do “edu-entretenimento”, da infantilização, dos prêmios e programas e das informações gravadas em outros meios de comunicação como o *Facebook* e o *Twitter*. Não é possível, ainda neste caminho, não lembrar daqueles que estão por trás dos *mass media*. Eles, apesar do chamado ciberespaço, não falam por si. Atrás dos computadores, da TV, dos rádios, das revistas e dos jornais, temos uma “educação” manipulada por poucos, notadamente, agentes e atores sem neutralidade e que produzem de acordo com o “coronelismo midiático” que, no Brasil, aparece nas mãos de poucas famílias. Estes, apesar de mostrarem os fatos, não revelam a historicidade deles,

muitas vezes não divulgam o contraditório e não deixam claro o que se entende por violência, criminalidade e as particularidades das instituições escolares. Nesse sentido, a mídia, notadamente a escrita, vem prestando um duvidoso serviço, haja vista que os fatos noticiosos referentes à educação, quando travestidos com a violência, se constituem uma excelente mercadoria de compra e de troca.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Escolas da paz*. Brasília: UNESCO, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, CUFA-DF, PPCAAM, 2010.

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Drogas nas escolas*. Brasília: UNESCO/Rede Pitágoras, 2005.

ARENDDT, Hanna. *Sobre a violência*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UNB), 1990.

BARROS, Lúcio Alves de; FREITAS, Débora Luiza Chagas de. *Educação, escola e paradoxos no campo da violência*. Relatório final de pesquisa apresentado ao Centro de pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), ao Programa Institucional de apoio à pesquisa (PAPq /UEMG) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UEMG/Estado). Belo Horizonte, 2011.

BARROS, Lúcio Alves de; FERREIRA, Iara. “*O Tempo*” das violências e da educação. Um estudo das narrativas do jornal mineiro “O Tempo”. Relatório final de pesquisa apresentado ao Centro de pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e ao Programa Institucional de apoio à pesquisa (CNPQ /UEMG) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPQ/UEMG), 2012.

BARROS, Lúcio Alves de. Os “penalizáveis”, a política, a mídia e a polícia diante do Estado democrático de direito. *Revista ASA - Palavra*. Brumadinho, ano IV, n. 8, p. 113-140, 2007.

BAUMAN, Zigman. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2011.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 14. ed. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990. A primeira edição é de 1895.

ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador* (Formação dos Estados e da Civilização). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993b. v. 2. O original data de 1939.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1997.

GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo: Ed. UNESP; Paz e Terra, 1990.

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo. Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. Trad. Lauro Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho A.. A realidade da comunicação. Visão geral do fenômeno. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). *A Comunicação e controle social*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 13-22.

HERSCHMANN, Micael. As imagens das galeras funk na imprensa. In: ALBERTO, Carlos et al. *Imagens de violência e práticas discursivas*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000. p. 163-196.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

MORAES, Dênis de. *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2006.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. *Bullying na Internet*. Os cuidados para combater o cyberbullying. São Paulo, ano XXVIII, nº 260, março 2013.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. *Cyberbullying*. Violência virtual. São Paulo, Ano XXV, n. 233, junho/julho 2010.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. *Escola em família*. A quem recorrer. Saiba quem pode ajudar em situações de risco. São Paulo, ano XXVII, n. 250, março 2012.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. *Índice*. São Paulo, n. 261, abril 2013.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. *Indisciplina*. Como se livrar dessa amarra e ensinar melhor. São Paulo, ano XXIV, n. 226, outubro 2009.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. *O desafio de seguir em frente*. Como alunos e professores da escola de Realengo encaram a difícil tarefa de continuar ensinando e aprendendo. São Paulo, ano n. XXVI, 242, maio 2011.

NOVA ESCOLA. A Revista de quem educa. *Pau. Pedra. É o fim?* Entender a violência é o primeiro passo para preveni-la. São Paulo, ano XXV, n. 235, setembro 2010.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens e... *Religião e Sociedade*, São Paulo, Centro de Estudos da Religião, 15 (1), 1990. p. 68-81

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Trad. Almiro Pisetta & Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000. O original data de 1971.

SODRÉ, Muniz & PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002.

SODRÉ, Muniz. “Quando precisa de audiência, a televisão apela para o grotesco”. Entrevista concedida a Cristiane Costa. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, Caderno Ideias, 13 julho 2002.

SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação*. Diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

SOREL, George. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1996.

TRAQUINA, Nelson (Org.). *Questões, teorias e histórias*. 2. ed.. Portugal: Ed. Vega Limitada, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. Rio Grande do Sul: Ed. UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), 2001.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e Violência*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV); Editora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2000.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e Violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV); Editora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2000. p. 11-25.

VIANNA, Hermano. O funk como símbolo da violência carioca. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e Violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FGV); Ed. UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2000. p. 179-188.

WEBER, Max. *A política como vocação*. In: GERTH, H. H.; MILS, Wright (Org.). *Ensaio de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1963. p. 97-153. Originalmente, esse texto foi um discurso pronunciado na Universidade de Munique em 1918.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. Abertura/Conferência. Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de direito. In: KARAM, Maria Lúcia (Org.). *Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de direito*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. p. 15-46.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. *O inimigo no direito penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2007. (Coleção Pensamento Criminológico – v. 14).

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. *Saberes Críticos*. A palavra dos mortos. Conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.